

10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte, 30 de agosto – 2 de Setembro, 2016

Área temática: Segurança Pública e Democracia

Percepções sobre a Polícia na cidade de São Paulo (2001-2013)

Frederico Castelo Branco Teixeira

Programa de Pós Graduação em Ciência Política

Universidade de São Paulo

Junho/2016

RESUMO

A alta visibilidade e a disponibilidade de usar a força física acentuam as repercussões da atividade cotidiana de policiamento nas grandes cidades. Assim, a atividade policial como um instrumento presente e evidente dos Estados e governos, além de garantir a aplicação da lei e da ordem, gera significados sociais e nesse sentido, querendo ou não, influência na política (Loader, 2006; Bayley, 2006). Entender as percepções e julgamentos dos cidadãos sobre a polícia é relevante tanto como parte da análise das políticas públicas de segurança, como na qualificação do regime democrático.

Partindo desse quadro, o objetivo do artigo é analisar o impacto de variáveis sociodemográficas (idade, renda, grau de escolaridade e cor da pele), contextuais (vitimização, exposição indireta ao crime e violência, medo e percepção de desordem no bairro) e de percepção institucional (eficácia e educação na abordagem) da avaliação e confiança (2013) nas polícias na cidade de São Paulo. Entendemos ser importante analisar também confiança em 2013 visto que avaliação e confiança são conceitos diferentes, desenhados nos surveys, para acessar percepções diferentes. Enquanto avaliação seria um posicionamento geral e difuso sobre a polícia, a confiança envolve uma crença/ esperança positiva, uma espécie de aposta em ações e comportamentos futuros da polícia.

A principal hipótese é que os aspectos relacionados mais diretamente a atuação policial – percepção de eficácia e de educação na abordagem – sejam mais relevantes para entender a visão dos cidadãos sobre as polícias. Para tal contamos com dados de seis ondas da “Pesquisa domiciliar sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência e violação de direitos humanos”, realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, nos anos de 2001, 2003, 2006, 2008, 2010 e 2013. Tendo em vista que contamos com variáveis dependentes limitadas (avaliação e confiança) será usada uma análise regressão logística generalizada. Em linhas gerais, preliminarmente, podemos apontar que os resultados apontam que as percepções de eficácia e de educação na abordagem são as variáveis que melhor explicam tanto a avaliação em todos os anos, quando a confiança na polícia em 2013. Variáveis como vitimização e medo, também se destacam em vários anos analisados.

Palavras chave: Polícia; Avaliação; Confiança.

INTRODUÇÃO¹

A presença constante nas ruas, a conseqüente alta visibilidade e disponibilidade de usar a força física, fazem da interação com a polícia uma das experiências mais paradigmáticas com o Estado. Assim é importante estar atento não somente a capacidade das forças policiais de manter a ordem e aplicar a lei, mas também a imagem da polícia e os significados que decorrem da prática policial. A forma como a polícia exerce a autoridade a ela conferida e presta o serviço aos cidadãos, além de impactar nas percepções sobre o desempenho e avaliação da instituição e de seus agentes, gera significações sociais e influencia na maneira como os indivíduos se colocam diante do que é considerado ordem e desordem, justiça e injustiça, normalidade e desvio, inclusão e exclusão, nós e eles, e conseqüentemente a respeito de direitos humanos, à liberdade de associação, de expressão e segurança, princípios esses, muito caros as democracias (LOADER, 2006; BAYLEY, 2002).

Observar como os cidadãos julgam e qualificam as forças policiais é importante na medida em que o funcionamento das agências policiais, tanto em termos de resultados como de procedimentos, é de suma importância na efetividade do primado da lei, e por conseqüência, da liberdade e igualdade. Em certo sentido, pode cabe refletir se seria um indicador de qualidade da democracia, desde que democracia seja compreendida em uma concepção mais ampla, que adiciona à definição mínima a pressuposição da igualdade e cidadania (O'DONNELL, 2000).

Todavia, isso não implica dizer automaticamente que uma polícia com problemas, ou má avaliada e/ou sobre a qual pese grande desconfiança ou ilegitimidade, implique em uma crise de apoio à democracia (NORRIS, 1999, MOISÉS, 2013). Muito embora não seja automática a sobreposição de apoio à instituição e apoio ao regime político em novas democracias, como a brasileira, é importante observar tal suporte em nível mais específico, visto que tais avaliações refletem se as instituições policiais, que até recentemente estavam encarregadas da manutenção de um regime autoritário, conseguem ser efetivas e justificáveis diante de sua razão de existir (MOISÉS, 2010), e, sobretudo, se foram eficientes em construir sua legitimidade. Nesses contextos, trata-se da recuperação ou mesmo da construção de uma relação de confiança que foi minada ou que nunca existiu (TANKEBE, 2008).

¹ No presente texto é o exercício de atualizar os dados e revisitar as hipóteses que foram apresentadas em nossa dissertação de mestrado – “Avaliação da polícia no município de São Paulo (2001-2010)” – defendida pelo autor junto ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, sob a orientação do prof. José Álvaro Moisés. Aproveitamos para agradecer ao Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo pela disponibilização dos dados. Ressaltamos que possíveis erros e falhas são de inteira responsabilidade nossa. Todas as críticas e sugestões são de grande valia.
Email: fcastelo@gmail.com

Já há algum tempo, estudos majoritariamente no campo da criminologia, psicologia social e sociologia, têm se debruçado sobre as percepções dos cidadãos sobre as polícias. Em linhas gerais, tais estudos lidam com atitudes de apoio, de satisfação, avaliação do desempenho e efetividade, assim como, mais recentemente, confiança e legitimidade da polícia. Para além da importância de observar o desempenho e qualidade da relação cidadão/polícia e a relação e impacto com a democracia, instrumentalmente tais estudos podem ser importantes por jogar luz em aspectos que estão diretamente sob o controle dos gestores de policiais, por meio de recrutamento, treinamento, supervisão, forma de atuação, entre outras, diferentemente do que ocorre com outras dimensões, como níveis de criminalidade, medo, sentimento de insegurança, etc. (SKOGAN, 2006).

É por tal debate que o presente texto pretende seguir. Com dados usados na análise de seis ondas da “Pesquisa domiciliar sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência e violação de direitos humanos”, realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, nos anos de 2001, 2003, 2006, 2008, 2010 e 2013, o objetivo do texto é apresentar a visão dos paulistanos sobre as polícias (Militar e Civil) e tentar explorar que explica ou ajuda a explicar, ainda que parcialmente, a avaliação das polícias ao longo do período.

Para isso o texto se organizará em cinco partes. Primeiramente apresentaremos os dados relativos à avaliação da polícia na cidade de São Paulo e as principais questões que interessam ao presente texto. Após isso faremos uma breve revisão da literatura a fim de situar o debate mais específico e informar acerca das escolhas metodológicas que operamos. Em terceiro lugar teceremos algumas notas metodológicas. A quarta parte será a apresentação dos resultados. E por fim, apontaremos as principais conclusões e realizaremos uma breve discussão dos resultados.

AVALIAÇÃO DA POLÍCIA EM SÃO PAULO

Pesquisa domiciliar sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência e violação de direitos humanos², realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, nos anos de 2001, 2003, 2006, 2008, 2010 e 2013³, teve como objetivo principal é monitorar o impacto que a contínua exposição à violência tem sobre a percepção, atitudes e valores em relação à justiça, direitos humanos e instituições encarregadas de aplicar a lei. Além dos dados sobre a avaliação das polícias Militar e Civil,

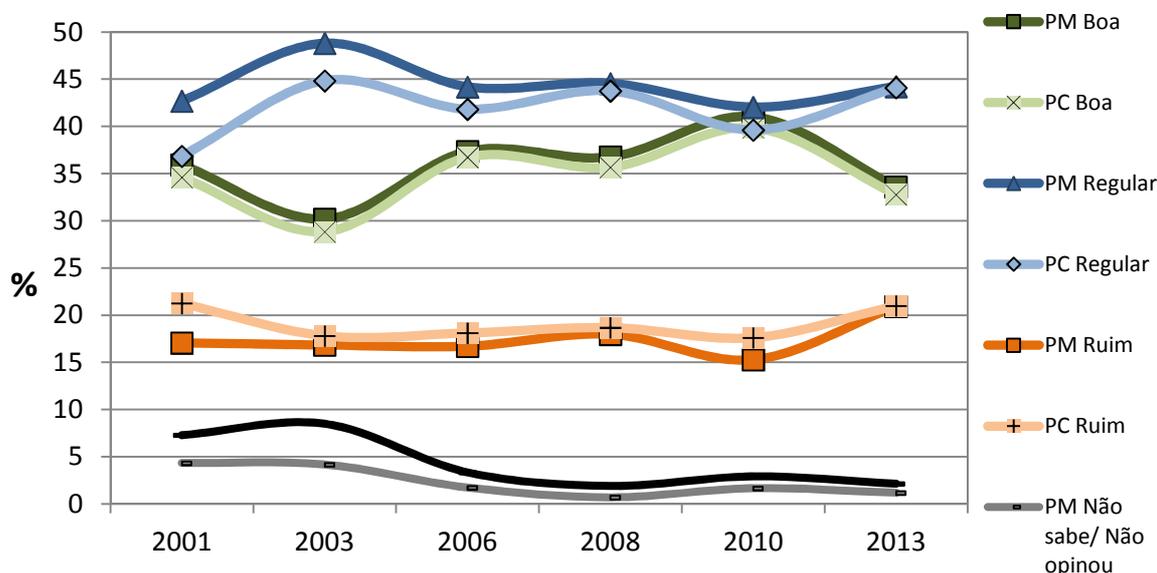
² Coordenado pela Dra. Nancy Cardia.

³ A pesquisa compreende sete coletas de dados realizadas pelo IBOPE com base em questionários fechados. Em 1999, o questionário foi aplicado em 10 capitais brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém, Manaus, Porto Velho e Goiânia). Nas ondas seguintes (2001, 2003, 2006, 2008 e 2013), ocorreu só no município de São Paulo e, em 2010, voltou a ser aplicada nas mesmas capitais de 1999, com a adição de Fortaleza.

e confiança das polícias (2013), a pesquisa traz dados sobre a percepção acerca da rapidez no atendimento da polícia aos chamados da comunidade, frequência com que a polícia garante a segurança nas ruas do bairro, frequência com que é educada na abordagem das pessoas no bairro, além de percepções sobre desvios na atividade policial no bairro, percebidas por meio da frequência com que a polícia aceita suborno, protege o tráfico de drogas e tem medo do tráfico de drogas. Por não ser uma *survey* específico⁴ sobre polícia e policiamento (como é comum nos trabalhos na literatura) a pesquisa não conta com um rol extenso de questões acerca da polícia (como questões específicas sobre contato com a polícia e experiências com a polícia).

Especificamente sobre a avaliação nas polícias (Civil e Militar) o questionário traz as seguintes perguntas: “Baseando-se em suas experiências de vida e no que você tem ouvido sobre a eficiência das instituições que servem a comunidade em assuntos de direitos do cidadão, gostaria de saber como você avalia (...)” Polícia Militar e Polícia Civil. As respostas possíveis estão ordenadas em uma escala de seis possibilidades – “muito boa”, “boa”, “regular”, “ruim”, “muito ruim” e “não sabe e não opinou”. O gráfico 1 mostra os resultados das avaliações.

Gráfico 1. Avaliação das polícias Civil e Militar nas cinco ondas



Fonte: “Pesquisa domiciliar sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência e violação de direitos humanos”, NEV/USP.

⁴ É importante destacar que uma parte significativa dos trabalhos sobre polícia citados anteriormente baseiam-se em *surveys* construídos especificamente para as respectivas pesquisas. Assim, contam com um rol amplo de questões que permitem um nível muito maior de detalhamento das variáveis usadas. Cabe apontar que, diante do alto custo de elaboração e aplicação de *surveys*, muitos ocorrem via telefone ou correspondência. Não queremos aqui entrar no debate se essa é uma forma correta, se apresenta algum viés etc. Entendemos que isso é importante porque, conforme já destacado, contamos com dados oriundos de uma pesquisa ampla sobre atitudes e valores dos cidadãos diante da violência e dos direitos humanos. Por esse motivo, temos um número restrito de perguntas que abordam especificamente o tema policial.

A avaliação de ambas polícias (Militar e Civil) é muito parecida. Talvez explique as avaliações próximas entre as polícias – mas que não temos como testar com os dados disponíveis no *survey* – é que a complexidade da organização e da atribuição de competências das forças policiais no Brasil⁵ pode não ser muito clara para a maioria dos respondentes, o que os levam a avaliar as duas instituições policiais de forma muito semelhante, quando não igual.

Considerando que a maioria dos entrevistados avaliou as duas polícias de forma idêntica e que, quando assim não o fizeram, indicaram respostas muito próximas na escala, optamos por trabalhar com um número menor de respostas. Para isso, pensamos no seguinte critério: (1) nos casos em que uma das polícias foi avaliada como “regular” ou “não sabe/ não opinou” e a outra polícia como “boa” ou “ruim”, prevaleceram a resposta “não sabe/ não opinou”; (2) nos casos em que uma polícia foi avaliada como “regular” e a outra como “não sabe/ não opinou”, prevaleceu a avaliação “regular”; (3) no caso podemos excluir da análise as avaliações opostas (uma polícia “boa” e outra “ruim”) e aquelas em que ambas as polícias receberam a avaliação “não sabe/ não opinou” (Quadro 2).

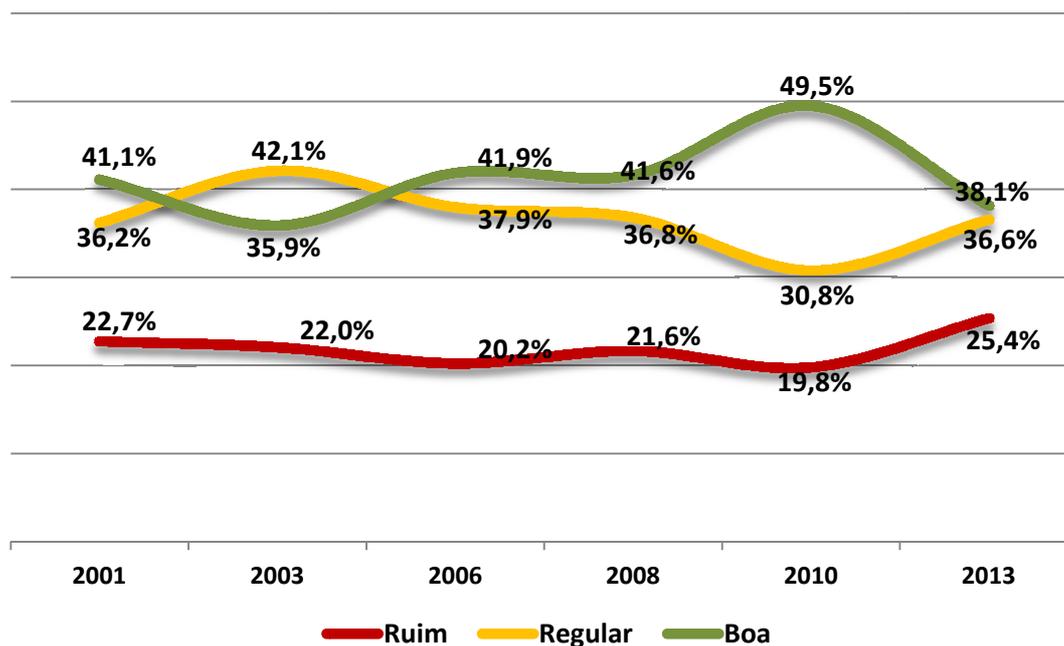
Quadro 1: Proposição para criar a variável agregada “Imagem da Polícia”

		POLÍCIA MILITAR			
		Boa	Regular	Ruim	Não Sabe/ Não Opinou
POLÍCIA CIVIL	Boa	BOA	BOA	EXCLUÍDO	BOA
	Regular	BOA	REGULAR	RUIM	REGULAR
	Ruim	EXCLUÍDO	RUIM	RUIM	RUIM
	Não sabe/ não opinou	BOA	REGULAR	RUIM	EXCLUÍDO

Na imagem das polícias tomadas como uma só (Gráfico 3) e agregada em uma escala de três respostas – “boa”, “regular” e “ruim” – pode se observar, de maneira geral, que há pouca variação nas avaliações ao longo do período em questão. As exceções a essa constância se dão nos anos de 2003 e 2010. Mais especificamente, destacam-se três fatos.

⁵ O “policia de rua” (PM) ou o que “fica na delegacia” (PC), são vistos como polícia de forma genérica, o que talvez faça com que as percepções dos cidadãos acerca da atuação da PM influencie seu julgamento sobre a PC, assim como o contrário.

Gráfico 2 – Avaliação da polícia que não faz diferença na avaliação



Fonte: “Pesquisa domiciliar sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência e violação de direitos humanos”, NEV/USP.

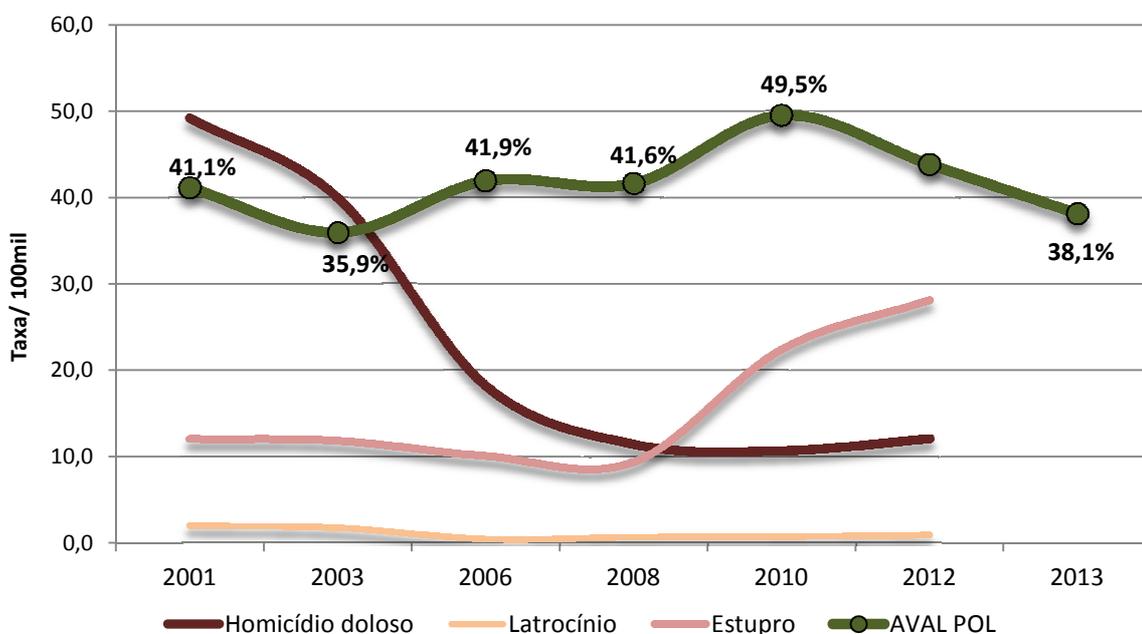
Em primeiro lugar, se nota que há uma constância no percentual de entrevistados que avaliam a polícia negativamente, o que significa que, ao longo do período estudado, há uma parcela de aproximadamente um quinto dos entrevistados que convictamente mantém uma visão negativa da polícia. A exceção é em 2013 onde esse percentual aumentou, representando um incremento de 5,6% em comparação com a onda anterior. Como segundo ponto, temos percentuais muito próximos em 2001, 2006 e 2008 entre aqueles que se conceberam a polícia como “regular” e “boa”. Essa série é quebrada no ano de 2003, quando se pode observar uma inversão de posições entre os percentuais de julgamentos como “regular” e “boa”. Isso significa que em 2003 o percentual de respostas como “regular” aumentou, ficando com a praticamente a mesma porcentagem atribuída à categoria “boa” em 2001, 2006 e 2008, enquanto a avaliação como “boa” em 2003 cai e se equipara ao que foi “regular” nas ondas do *survey*. Em 2010, nota-se um significativo incremento da avaliação positiva da polícia em detrimento de uma queda entre aqueles que se posicionaram com uma visão “regular”. Por sua vez em 2013, há uma queda da avaliação positiva, da ordem de 11,4% comparada com 2010. As avaliações “boa” e “regular” voltam a se aproximar dos resultados de 2001, 2006 e 2008, porém pela primeira vez estão praticamente empatadas, tendo em vista a margem de erro⁶.

⁶ A margem de erro para cada onda é de 3,7% (2001 e 2003), 3% (2006 e 2008), 2% (2010) e 3% (2013).

Ao longo do período 2001- 2010, tanto a pouca variação da avaliação como “ruim”, como o movimento inverso, mas quase proporcional, entre as avaliações “boa” e “regular”, sugerem que as respostas regulares e positivas guardam uma relação entre si, à medida em que parece que o aumento em uma categoria de resposta advém, principalmente, da mudança de posicionamento dos entrevistados que antes se posicionavam na outra categoria. Isso é evidente em 2003, quando o aumento em “regular” parece guardar relação com a queda de “boa”, e em 2010, os dados indicam que o aumento nos julgamentos positivos advém principalmente de uma queda no percentual daqueles que avaliaram como regular. No entanto em 2013 a queda da avaliação “boa” em comparação com a onda de 2010, ocorreu em detrimento de um aumento tanto das avaliações “regular” (aumento de 5,8%) como dá “ruim” (aumento de 5,6%).

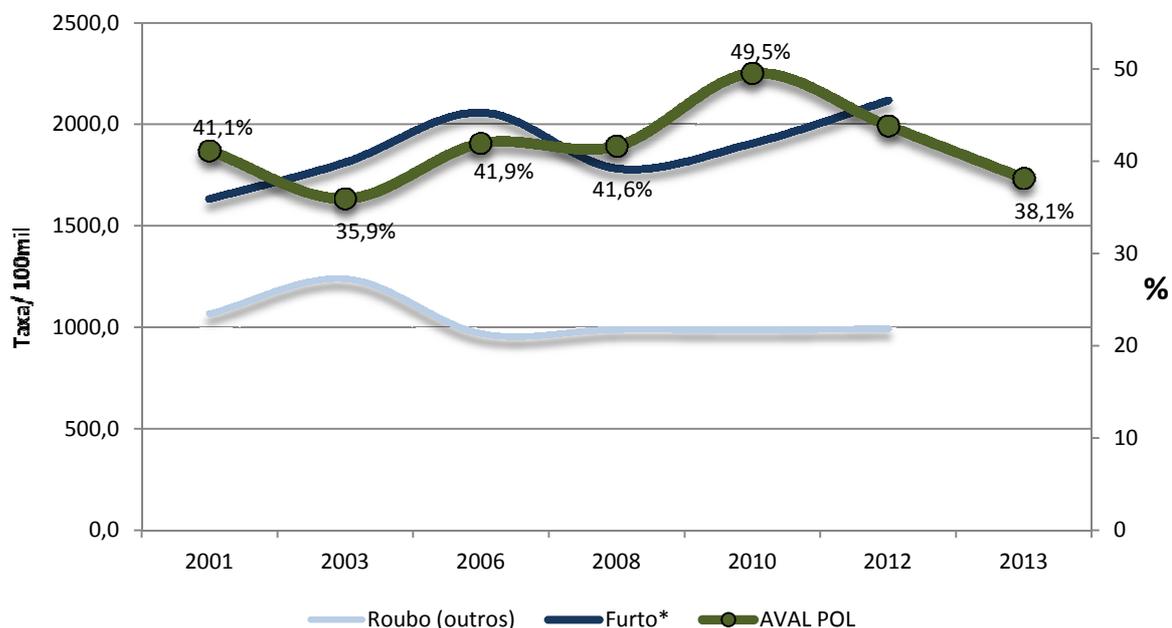
O exercício gráfico de observar as tendências das taxas de crimes ao longo do período em que ocorreram as ondas da pesquisa nos sugere que a avaliação acerca da polícia é um aspecto que varia de forma independente dos dados oficiais (Gráficos 3 e 4). A exceção fica com relação entre a relação entre avaliação e roubo. Principalmente mais recentemente (desde 2008) o número de roubos vem aumentando, enquanto a partir de 2010 a avaliação positiva da polícia apresentou uma queda.

Gráfico 3: Taxas de Homicídio doloso, latrocínio e estupro (2001-2012) e avaliação positiva da polícia no município de São Paulo (2001-2013)



Fonte: dados da resolução SSP 150/95 (até 2000) e da resolução SSP 160/01 (de 2001 em diante); “Pesquisa domiciliar sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência e violação de direitos humanos”, NEV/USP.

Gráfico 4: Taxas de roubos e furtos (2001-2012) e avaliação positiva da polícia no município de São Paulo (2001-2013)



Fonte: dados da resolução SSP 150/95 (até 2000) e da resolução SSP 160/01 (de 2001 em diante); “Pesquisa domiciliar sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência e violação de direitos humanos”, NEV/USP.

Por fim, temos também o dado específico sobre confiança na polícia. Muito embora pergunta semelhante a considerada como avaliação seja usada em outros trabalhos como fonte de informação a respeito da confiança na polícia⁷, entendemos ser confiança um outro conceito, uma vez que pressupõe a crença/ esperança positiva em algo, mesmo sem a garantia de que aquele cenário ocorrerá. O ato de confiar envolve a expectativa que as pessoas alimentam a respeito do comportamento de terceiros e, portanto, diz respeito a ações desses outros, em relação aos seus interesses, aspirações e preferências (MOISÉS, 2013).

Na onda realizada em 2013, a pesquisa do NEV/USP incorporou algumas questões específicas sobre o contato com a polícia e também com relação na confiança na polícia. A pergunta formulada era: “De maneira geral o quanto o sr (a) acha que confia na polícia?”.

⁷ Entre Abril de 2001 e março de 2003 o British Crime Survey: “Taking everything into account, would say the police in this area do a good job or poor job?”. Entre abril de 2003 e março de 2008: “Taking everything into account, how good a job do you think the police in the area are doing?” A pergunta é parecida é usada em vários trabalhos como base para analisar a confiança na polícia (MYHILL; BEAK, 2008; SINDALL; STURGIS; JENNINGS, 2012)

Gráfico 3 – Confiança na polícia no município de São Paulo (2013)



Fonte: “Pesquisa domiciliar sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência e violação de direitos humanos”, NEV/USP.

Sindall, Sturgis e Jennings (2012), destacam que apesar de ser plausível esperar que a percepção acerca do declínio da criminalidade deva ter influência sobre a avaliação e confiança na polícia, tais percepções trazem consigo noções reais e imaginárias. Assim, muitas vezes essa percepção se baseia em crenças que são alimentadas por casos de repercussão, coberturas midiáticas, exposição indireta, entre outras razões. Diante dessa dificuldade de apontar uma relação direta entre variação de taxas criminais e avaliação da polícia é que pretendemos observar as percepções sobre a atividade policial, vitimização e relativas ao contexto do bairro, para tentar encontrar alguma evidência mais forte que nos auxilie a entender o que impacta na avaliação da polícia.

ESTUDOS SOBRE PERCEPÇÕES SOBRE A POLÍCIA

Há uma literatura interdisciplinar que se debruça sobre as percepções e contato entre polícia e público⁸. É possível dizer que há uma tradição no estudo das percepções sobre a polícia, que se baseiam em investigações a respeito das atitudes de apoio, de satisfação, avaliação do desempenho e efetividade e, mais recentemente, confiança e legitimidade da polícia. De forma geral, esses trabalhos partem de dois pressupostos: de que as percepções derivadas de experiências, diretas ou indiretas, refletem na concepção e na maneira das pessoas se relacionarem com a polícia; assim como a legitimidade da instituição policial,

⁸ Os primeiros trabalhos sobre o que os cidadãos esperam e aprovam na atividade policial são dos anos 1930: BELLMAN, A. (1935), “A police service rating scale”, *Journal of Criminal Law and Criminology*, Vol. 26, pp. 74-114.

Parratt, S.D. (1936), “A critique of the Bellman Police service rating scale”, *Journal of the American Institute of Criminal Law and Criminology*, Vol. 27, pp. 895-905.

Parratt, S.D. (1938), “A scale to measure effectiveness of police functioning”, *Journal of the American Institute of Criminal Law and Criminology*, Vol. 28, pp. 739-756

dos governos a até dos regimes políticos, também são influenciadas, em algum grau, pela forma como a polícia atua (BRANDL et al., 1997; BROWN; BENEDICT, 2002; FRANK; SMITH; NOVAK, 2005).

A ideia de apoio difuso e específico de Easton (1965) é citada por vários autores para explicar as abordagens sobre da polícia como “instituição” e como “agente”, na medida em que, de certa forma, implicam em questionamentos de ordem geral e de ordem específica, com relação a instituições políticas, agentes públicos e outras agências governamentais. Apesar de ser possível encontrar tais referências, no geral, os trabalhos sobre polícia, ou se debruçam na dimensão difusa, ou na dimensão específica, sendo poucos os trabalhos que exploram ambas as dimensões (BRANDL et al., 1994; KAMINSKI; JEFFERIS, 1998; WHITE; MENKE, 1982).

Muito embora o fenômeno em análise – percepções públicas sobre a polícia – se diferencie por tratar de atitudes de apoio, avaliações de desempenho, eficácia, confiança e legitimidade, a partir de enfoques generalistas ou específicos, as variáveis independentes na literatura que compõe os modelos explicativos são predominantemente socioeconômicas, contextuais e institucionais.

Com destaque nos estudos, os resultados sobre a variável a raça/etnia apontam em muitas direções, não sendo claro o efeito isolado sobre as percepções em relação à polícia. Muitos trabalhos destacam que negros percebem a polícia de forma mais negativa quando comparados a outros grupos, principalmente com relação aos brancos (JEFFERIS et al., 1997; KAMINSKI; JEFFERIS, 1998; WEITZER; TUCH, 1999; WORRALL, 1999; REISIG; PARKS, 2000). Por sua vez, trabalhos como o de Frank et al (1996) entendem afro-americanos tendem a ser mais favoráveis à polícia do que os brancos. Há também os estudos que sustentam que os que os hispânicos nos EUA concebem a polícia de maneira mais favorável do que os negros, porém, apresentam menor aprovação aos serviços policiais do que os brancos (WEITZER; TUCH, 1999; CHEURPRAKOBKIT, 2000). Diante de resultados diversos, a diferença entre raça/etnia e satisfação com a polícia é impactada fortemente pelo contexto do bairro (LARSEN; BLAIR, 2009).

Com relação à idade, diversos autores apontam que jovens concebem a polícia de forma mais negativa que os mais velhos (JESILOW; MEYER; NAMAZZI, 1995; CAO; FRANK; CULLEN, 1996; CORREIA; REISIG; LOVRICH, 1996; REISIG; CORREIA, 1997; REISIG; PARKS, 2000; 2002; SAMPSON; BARTUSCH, 1998; WEITZER; TUCH, 2002).

Gênero também é outro caso onde não há consenso. Trabalhos apontam que mulheres avaliam a polícia de modo mais positivo (CAO; FRANK; CULLEN, 1996; CHEURPRAKOBKIT, 2000), enquanto outros apontam que homens avaliam de forma mais positiva (CORREIA; REISIG; LOVRICH, 1996). No entanto diversos trabalhos entendem que

não há efeito significativo de gênero na avaliação dos cidadãos (JESILOW; MEYER; NAMAZZI, 1995; REISIG; PARKS, 2000, 2002; SAMPSON; BARTUSCH, 1998; WEITZER; TUCH, 2006).

Outras variáveis socioeconômicas como educação, renda⁹ e ocupação também apresentam resultados diversos. Para alguns não há diferenças com relação à educação (CORREIA; REISIG; LOVRICH, 1996), enquanto outros sustentam que, quanto maior a educação, melhor será a imagem e mais apoio será manifestado a polícia, quando comparado com os indivíduos menos educados (REISIG; PARKS, 2000; 2002). Por sua vez, Weitzer e Tuch (1999) sugerem que quanto mais educados são os indivíduos, menos apoio eles dão à polícia.

Renda também não aparece com destaque nos estudos. Alguns trabalhos apontam que pessoas de níveis socioeconômicos mais baixos tendem a ter atitudes mais negativas na percepção do que aqueles entre os mais altos (CAO; FRANK; GULLEN, 1996; SAMPSON; BARTUSCH, 1998). No entanto, segundo Brown e Benedict (2002), parte do corpo de pesquisa indica que a variável raça influi no impacto que o *status* socioeconômico tem sobre as atitudes diante da polícia.

Com relação às variáveis de percepção institucional há uma variedade de estudos que apontam para a importância de se observar a atuação da polícia. O contato e a experiência com a polícia é um aspecto de bastante relevância nos estudos na linha. Worrall (1999) destaca os contatos positivos melhoram as percepções que as pessoas têm da polícia, assim como os contatos negativos têm o efeito contrário. Cheurprakobkit (2000) destaca que contato positivo tem um efeito maior no apoio à polícia do que tem efeito o contato negativo, assim como têm melhores posicionamentos sobre a polícia, aqueles que iniciam o contato, do que aqueles que tiveram o contato iniciado pela polícia. Já Skogan (2006) destaca que há uma assimetria entre contatos positivos e negativos, tendo esses últimos um peso muito maior (cerca de 20 vezes) sobre a confiança que as pessoas depositarão na polícia,

Mais recentemente tem se difundido os estudos acerca do impacto dessa interação e confiança e legitimidade da polícia. Tyler (2004) e Tyler e Fagan (2008) sustentam que tais percepções são construídas a partir das experiências pessoais com os agentes policiais em dois sentidos: primeiramente as pessoas avaliam experiências pessoais com a polícia por meio do julgamento acerca do que concebem como “justiça” nos procedimentos empregados pelos policiais, o que consiste na percepção de que, durante o contato, o indivíduo foi tratado com respeito, equidade e justiça¹⁰; em segundo lugar, tais

⁹ Em vários estudos, o nível educacional é entendido como um indicativo de *status* socioeconômico, assim como a renda.

¹⁰ Em linhas gerais, a *Procedural Justice Theory*, entende que a percepção de justiça (fairness) no procedimento durante a experiência com uma instituição é central na construção da legitimidade da mesma. Em outras palavras, pode-se dizer que o respeito, tratamento igual (equidade), clareza nos procedimentos e justiça durante

procedimentos justos podem melhorar a legitimidade, mesmo que as ações policiais envolvam restrição e sanção das pessoas com as quais estão lidando. Ou seja: a forma como os cidadãos são tratados e percebem a condução do trabalho por parte dos agentes públicos é o fator mais importante para explicar a obediência, consentimento e deferência às autoridades e às suas decisões (SUNSHINE; TYLER, 2003; TYLER, 2004; TYLER; FAGAN, 2008).

Aspectos contextuais, como relação com a vizinhança, percepção de desordem, etc., muito embora inconclusivos, também aparecem nas análises como variáveis de interesse a alguns estudos sobre as percepções acerca da polícia (CAO; FRANK; CULLEN, 1996; REISIG; PARKS, 2002). A ideia é que muito além somente da capacidade de prevenir o crime, é atribuído a polícia também à possibilidade de assegurar os valores da comunidade e os códigos morais locais mantidos e protegidos. Por tal razão percepção de deterioração da comunidade, de enfraquecimento da coesão social, perda de civilidade e aumento da desordem, podem ter efeito sobre a satisfação com a polícia (SKOGAN, 2005). Estudos recentes, desenvolvidos no Reino Unido, têm mostrado que a confiança é impactada menos por certezas instrumentais em relação ao risco de vitimização e mais por julgamentos sobre relação a desordem na vizinhança, coesão comunitária e estabilidade social (JACKSON; SUNSHINE, 2007; JACKSON; BRADFORD, 2009; JACKSON et al., 2009).

Os níveis criminais reais e imaginários também podem impactar risco de ser vítima de violência e/ou crime. A partir dessa perspectiva, as avaliações da polícia devem ser esperadas como melhores na medida em que haja percepção de declínio da criminalidade (SINDALL; STURGIS; JENNINGS, 2012). Entretanto, não necessariamente há uma correspondência entre as duas coisas, ao passo que por vezes, a confiança na polícia está fundamentada mais em crenças¹¹ do que nos números oficiais sobre crime e violência. Por exemplo, Myhill e Beak (2008) indivíduos que acreditavam que a taxa de criminal havia diminuído nos anos anteriores ao da entrevista, tendiam a confiar mais na polícia.

Medo e vitimização apresentam efeitos diversos, segundo a literatura (BROWN; BENEDICT, 2002). Algumas pesquisas apontam a queda da satisfação/confiança na polícia após as pessoas terem tido experiências com o crime (CAO; FRANK; CULLEN, 1996; JACKSON et al, 2009). Por sua vez o medo tem efeito oposto ao da vitimização, ao passo que mais medo do crime implica em menos satisfação com a polícia (CAO; FRANK; CULLEN, 1996; WEITZER; TUCH, 2005).

No Brasil estudos sobre as percepções públicas sobre a polícia com base em pesquisas de opinião são mais recentes. Trabalhos como o de Briceño-Leon, Carneiro e

a interação são aspectos chave para a legitimidade. Essa teoria tem sido bastante mobilizada principalmente por psicólogos sociais e sociólogos. O principal nome na linha é o psicólogo social norte americano Tom R. Tyler.

¹¹ Impacto midiático da cobertura sobre violência, crime e atividade policial.

Cruz (1999) e o de Ramos e Musumeci (2004), descrevem a visão dos cidadãos sobre as polícias. Mais recentemente os trabalhos de Oliveira (2011), Silva e Beato (2013) e Lopes (2013) se debruçam sobre os determinantes da confiança e desconfiança na polícia. Apesar de trabalharem com *surveys* de abrangência distinta (Oliveira e Lopes, nacional, e Silva e Beato, estado de Minas Gerais), tais trabalhos convergem ao destacar entre seus resultados o efeito que a percepção de eficiência/ desempenho tem como variável significativamente importante para explicar a confiança/ desconfiança na polícia.

METODOLOGIA

O objetivo do presente texto é entender em que medida aspectos institucionais policiais (percepção de desempenho da polícia e percepção de educação na abordagem), contextuais (vitimização, experiência indireta com o crime e violência, medo/insegurança e desordem no bairro) e sociodemográficos (cor da pele, idade, educação e renda) impactam sobre a avaliação geral que os cidadãos de São Paulo fazem da polícia. Pretendemos verificar quais os fatores associados à avaliação da polícia em cada onda da pesquisa de opinião (2001, 2003, 2006, 2008, 2010 e 2013).

A principal hipótese do trabalho é que as variáveis de percepção de desempenho da polícia e educação na abordagem (percepção institucional) são mais importantes que as variáveis sociodemográficas e contextuais na avaliação da polícia e na confiança (2013), uma vez que a atuação policial esta na base da concepção que as pessoas fazem da polícia, para o bem ou para o mal. Isso quer dizer que os cidadãos que percebem a polícia como mais eficiente na prontidão de atender, na garantia de tranquilidade no bairro e mais educada na abordagem, tendem a avaliar as instituições de forma mais positiva, o que indica que a melhor avaliação decorre principalmente de aspectos relativos à prestação do serviço e a interação com os cidadãos.

A variável dependente “avaliação da polícia” é ordinal. Originalmente organizada em uma escala de cinco respostas (Muito boa, boa, regular, ruim e muito ruim), recodificamos em uma escala de três respostas, “boa” (=0) [soma de “muito boa” e “boa”], “regular” (=1) e “ruim” (=2) [soma de “ruim” e “muito ruim”]. Para “confiança na polícia” optamos por uma variável dummy, classificando como “não confia” (=0) e “confia” (=1) [soma de “confia muito” e “confia mais ou menos”]

As demais variáveis que serão usadas no estudo, conforme já adiantado na exposição das hipóteses, foram agrupadas em três grupos:

1. Variáveis sociodemográficas: *cor da pele* (branco/ oriental/ amarelo e outros=0; mulato/ moreno/ pardo=1; negro=2); *idade* (a partir dos 16 anos); *escolaridade* (baixa=0;

média=1; alta=2); *renda* (até 2 salários=0; de 3 a 5 salários=1; de 6 a 10 salários=2; de 11 a 20 salários=3; e mais que 20 =4);

2. Variáveis contextuais: *experiência direta com o crime e violência* (escala de 0 a 6); *experiência indireta com crime e violência* (0 a 18); *medo/insegurança* (0 a 5), *desordem no bairro* (0 a 20);

3. Variáveis de percepção institucional: *percepção de desempenho da polícia* (Nunca=0; Às vezes=1; Sempre=2) e *educação na abordagem* (Nunca=0; Às vezes=1; Sempre=2).

Com variáveis dependentes limitadas como confiança e avaliação da polícia, alguns autores que trabalham com *surveys* acerca da percepção da polícia, optaram pelo uso da regressão logística (JEFFERIS et al., 1997; LARSEN; BLAIR, 2009; OLIVEIRA, 2011; LOPES, 2013). É o que realizamos quando a variável dependente é “confiança na polícia”, a partir dos dados da onde de 2013.

Já no caso de mais do que duas categorias na variável dependente é mais adequado a regressão logística ordinal. No entanto esta assume que os coeficientes que descrevem a relação entre diferentes tipos de categorias de resposta sejam os mesmos, ou seja, o coeficiente que explica a relação de 1 com 2 e 3, deve ser o mesmo que explica a relação da categoria 2 com 3. Por tal razão para “avaliação da polícia” optamos por realizar testes de regressão logística generalizada. Entendemos ser a melhor opção pelo fato de relaxar a todas as variáveis do constrangimento das linhas paralelas e permitindo que os efeitos das variáveis explanatórias variem de acordo com o ponto em que as categorias da variável dependente serão dicotomizadas. Assim, a primeira categoria contrastada com as demais, depois a primeira e a segunda com as demais, e assim sucessivamente, dependendo da quantidade categorias de resposta existente na variável dependente¹². No nosso caso primeiramente o modelo contrasta “ruim” (=0) versus “regular e bom” (=1 e 2) e depois “ruim e regular” (=0 e 1) versus “bom” (=2).

RESULTADOS

A interpretação dos resultados do modelo de regressão logística generalizada é um pouco mais complexa do que da regressão logística ordinal. Isso por que os resultados são similares a séries de regressões logísticas binárias. No caso, como a “avaliação da polícia” esta organizada em “ruim” (=0), “regular” (=1) e “bom” (=2), haverá o contraste de “ruim” versus “regular e bom” (0 vs 1 e 2) e o de “ruim e regular” versus “bom” (0 e 1 vs 2). Isso implica dizer que a mudança de uma unidade em uma das variáveis independentes (sócio

¹² A opção pelo gologit2 (Stata) resolve a limitação a medida que vai ajustando parcialmente os modelos de probabilidades proporcionais, relaxando a restrição as linhas paralelas, somente para aquelas variáveis onde isso não esta justificado (WILLIAMS, 2006; HEERINGA; WEST; BERGLUND, 2010).

demográficas, contextuais e de percepção institucional) resultará no aumento ou diminuição da razão de chance (*odds ratio*) de mudar a “avaliação da polícia” de “ruim” para “regular e bom”, ou, no segundo caso, de “ruim e regular” para “bom”.

Os resultados apontados na tabela 1 apresentam um cenário onde as variáveis são controladas pelas outras. O poder explicativo desse modelo não é alto – 10,2% em 2001, 9,7% em 2003, 12,7% em 2006, 8,2% em 2008, 6,7% em 2010 e 7,9%. Nesse sentido, variáveis com grande variabilidade e efeitos pequenos parecem ter seu poder de predição diluído por aquelas com efeito maior, como parece ocorrer com algumas variáveis socioeconômicas e contextuais, que não apresentam efeitos consistentes ao longo das ondas analisadas.

É o que ocorre, por exemplo, com idade, escolaridade e cor da pele. Idade só aparece como importante em 2006, apontando que a cada ano a mais na idade, aumenta em 2% a probabilidade de melhorar a avaliação da polícia. Quanto à escolaridade, em 2006 o aumento da escolaridade aponta uma menor chance de quem avalia como “ruim” melhorar sua avaliação na ordem 35,8%. Já em 2010 o aumento na escolaridade implicou em uma redução de 24,8% nas chances de melhorar a avaliação da polícia. E por fim, ser mulato/pardo ou negro diminui a probabilidade de melhorar a avaliação de “ruim e regular” para “boa” em 24,4% somente em 2006.

Já vitimização e sentimento de insegurança, que apresentam efeito em diversas ondas. Especificamente em 2001, vitimização apresentar um efeito que destoa dos subsequentes (quanto mais vitimado maior a chance de avaliar a polícia como “boa”). Nos demais anos a maior vitimização diminui a probabilidade de melhorar a avaliação em 28,3% (de “ruim” para “regular e bom”) em 2003, 44,2% (de “ruim” para “regular e boa”) e 27,9% (de “ruim e regular” e “boa”) em 2006 e 19,5% em 2008.

Com relação ao sentimento de sentimento de insegurança em 2003 e 2010 é possível notar que aumento na insegurança implica em uma diminuição na probabilidade daqueles que avaliam como “ruim” melhorarem suas avaliações para “regular e boa”, em respectivamente 17,4% e 16,5%. No entanto, como vitimização em 2001, sentimento de insegurança em 2006 não aponta no mesmo sentido do verificado nos outros anos, indicando que quanto maior a insegurança maior a probabilidade de se avaliar a polícia como boa (14,4%). Quanto à percepção de desordem no bairro, só aparece como importante em 2001, indicando que a maior percepção de desordem no bairro diminui em 4,1% a probabilidade de melhorar a avaliação da polícia.

Tabela 1: Razões de chance e significância das variáveis de explicativas da avaliação da polícia

	2001		2003		2006		2008		2010		2013	
	Ruim vs Regular e Bom	Ruim e Regular vs Bom	Ruim vs Regular e Bom	Ruim e Regular vs Bom	Ruim vs Regular e Bom	Ruim e Regular vs Bom	Ruim vs Regular e Bom	Ruim e Regular vs Bom	Ruim vs Regular e Bom	Ruim e Regular vs Bom	Ruim vs Regular e Bom	Ruim e Regular vs Bom
	O.R. (E.P.)											
<i>Socioeconomicas</i>												
Idade	1.004 (0.99-1.01)	1.004 (0.99-1.01)	0.995 (0.98-1.00)	0.995 (0.98-1.00)	1.020*** (1.00-1.03)	1.020*** (1.00-1.03)	1.004 (0.99-1.01)	1.004 (0.99-1.01)	1.006 (0.99-1.01)	1.006 (0.99-1.01)	1.004 (0.99-1.01)	1.004 (0.99-1.01)
Renda	0.992 (0.81-1.21)	0.992 (0.81-1.21)	0.891 (0.73-1.08)	0.891 (0.73-1.08)	0.997 (0.85-1.16)	0.997 (0.85-1.16)	0.972 (0.82-1.14)	0.972 (0.82-1.14)	1.022 (0.88-1.18)	1.022 (0.88-1.18)	1.016 (0.85-1.21)	1.016 (0.85-1.21)
Educação	0.925 (0.65-1.30)	0.925 (0.65-1.30)	0.884 (0.64-1.21)	0.884 (0.64-1.21)	0.642** (0.45-0.91)	0.932 (0.69-1.24)	0.897 (0.68-1.17)	0.897 (0.68-1.17)	0.752** (0.59-0.95)	0.752** (0.59-0.95)	1.084 (0.81-1.43)	1.084 (0.81-1.43)
Cor da pele	0.872 (0.65-1.16)	0.872 (0.65-1.16)	1.111 (0.82-1.50)	0.794 (0.60-1.04)	1.074 (0.80-1.43)	0.756** (0.58-0.97)	1.008 (0.82-1.22)	1.008 (0.82-1.22)	0.828* (0.68-1.00)	0.828* (0.68-1.00)	1.037 (0.84-1.27)	1.037 (0.84-1.27)
<i>Contextuais</i>												
Vitimização	1.118 (0.88-1.41)	1.440*** (1.14-1.81)	0.717*** (0.57-0.89)	1.028 (0.82-1.27)	0.558*** (0.44-0.70)	0.721** (0.56-0.92)	0.805** (0.67-0.95)	0.805** (0.67-0.95)	0.962* (0.80-1.15)	0.962* (0.80-1.15)	0.890 (0.74-1.06)	0.890 (0.74-1.06)
Exp. indireta com crime e violência	0.980 (0.94-1.01)	0.980 (0.94-1.01)	0.997 (0.96-1.02)	0.997 (0.96-1.02)	0.986 (0.96-1.01)	0.986 (0.96-1.01)	0.988 (0.96-1.01)	0.988 (0.96-1.01)	0.992 (0.97-1.01)	0.992 (0.97-1.01)	0.978 (0.95-1.00)	0.978 (0.95-1.00)
Medo/ Insegurança	0.901 (0.78-1.02)	0.901 (0.78-1.02)	0.826** (0.71-0.95)	1.091 (0.94-1.26)	1.144** (1.02-1.27)	1.144** (1.02-1.27)	0.947 (0.86-1.04)	0.947 (0.86-1.04)	0.835*** (0.74-0.93)	0.934 (0.83-1.04)	0.994 (0.89-1.10)	0.994 (0.89-1.10)
Desordem	0.959** (0.92-0.99)	0.959** (0.92-0.99)	0.990 (0.96-1.01)	0.990 (0.96-1.01)	1.006 (0.98-1.03)	1.006 (0.98-1.03)	0.993 (0.97-1.01)	0.993 (0.97-1.01)	0.978* (0.95-1.00)	0.978* (0.95-1.00)	0.989 (0.96-1.01)	1.002 (0.99-1.04)
<i>Percepção institucional</i>												
Desempenho	1.774*** (1.39-2.25)	1.774*** (1.39-2.25)	1.682*** (1.32-2.13)	1.682*** (1.32-2.13)	1.735*** (1.42-2.11)	1.735*** (1.42-2.11)	1.664*** (1.37-2.01)	1.664*** (1.37-2.01)	1.529*** (1.27-1.83)	1.529*** (1.27-1.83)	1.538*** (1.24-1.90)	1.538*** (1.24-1.90)
Educação na abordagem	1.662*** (1.24-2.22)	1.096 (0.84-1.42)	1.599*** (1.25-2.03)	1.599*** (1.25-2.03)	1.468*** (1.19-1.79)	1.468*** (1.19-1.79)	1.503*** (1.23-1.82)	1.503*** (1.23-1.82)	1.351*** (1.12-1.61)	1.351*** (1.12-1.61)	1.760*** (1.40-2.19)	1.760*** (1.40-2.19)
Constante	1.963 (0.84-4.53)	0.496 (0.21-1.15)	3.686*** (1.70-7.99)	0.299*** (0.13-0.64)	1.351 (0.68-2.65)	0.138*** (0.71-0.26)	1.800* (0.96-3.35)	0.295*** (0.15-0.55)	2.949*** (1.38-6.27)	0.595 (0.28-1.25)	1.030** (0.43-2.42)	0.125*** (0.05-0.29)
N	642		738		910		788		832		691	
Pseudo R2	0.102		0.097		0.127		0.082		0.067		0.079	

*** p<0.01, ** p<0.05,
O.R.: Odds ratio /I.C.: Intervalo de confiança

Os resultados mais consistentes ao longo das ondas do *survey* são os que apontam os efeitos de desempenho e educação na abordagem sobre a avaliação. No caso de desempenho, a probabilidade de melhora é de 77,4% em 2001, 68,2% em 2003, 73,5% em 2006, 66,4% em 2008, 52,9% em 2010 e 53,8% em 2013. Quanto à educação na abordagem esse resultado é de 66,2% de “ruim” para “regular e bom” em 2001, 59,9% em 2003, 46,8% em 2006, 50,3% em 2008, 35,1% em 2010 e 76% em 2013.

Com relação a variável depende “confiança da polícia”, têm-se quatro modelos (Tabela 2). No primeiro, testando somente o efeito das variáveis socioeconômicas, destacam-se o efeito de idade e renda. Quanto à idade, a cada ano a mais na idade, aumentam em 2,8% as chances de se confiar na polícia. Já com relação à renda, tais chances de confiar diminuem em 18,5% a cada unidade de aumento da renda. No segundo modelo – que trata das variáveis contextuais – tanto vitimização, quanto experiência indireta e percepção de desordem parecem ter impacto negativo sobre a confiança. Isso quer dizer que as chances de vir a confiar na polícia diminuem em 25,3%, 3% e 3,1% a cada aumento de unidade de vitimização, experiência indireta e percepção de desordem, respectivamente.

Já o modelo que trata de desempenho e educação na abordagem apresentou resultados significativos no sentido de melhorar a probabilidade de se vir a confiar na polícia. Com relação ao desempenho, a probabilidade de se vir a confiar na polícia aumenta em 64,4% quando o desempenho é avaliado de forma melhor. Já com relação à percepção de que a polícia é educada na abordagem, a melhora na probabilidade é da ordem de 90,6%.

Esses resultados positivos se mantêm no modelo ajustado, com probabilidades de confiança na polícia de 54,9% no caso de percepção positiva com relação à prontidão do atendimento da polícia e da capacidade de manter as ruas seguras, e de 80,5% com relação à educação na abordagem.

Tabela 2: Razões de chance e significância das variáveis de explicativas da confiança na polícia

2013				
	O.R. (E.P.)	O.R. (E.P.)	O.R. (E.P.)	O.R. (E.P.)
<i>Socioeconômicas</i>				
Idade	1.028*** (1.01-1.03)			1.016** (1.00-1.02)
Renda	0.815** (0.67-0.98)			0.88 (0.70-1.09)
Educação	1.126 (0.83-1.52)			0.995 (0.69-1.42)
Cor da pele	0.886 (0.71-1.09)			0.95 (0.73-1.22)
<i>Contextuais</i>				
Vitimização		0.747*** (0.62-0.89)		0.890 (0.72-1.09)
Exp. indireta com crime e violência		0.970** (0.94-0.99)		1.003 (0.97-1.03)
Medo/ Insegurança		0.961 (0.86-1.06)		0.953 (0.84-1.07)
Desordem		0.969** (0.94-0.99)		0.983 (0.95-1.01)
<i>Percepção institucional</i>				
Desempenho			1.644*** (1.32-2.04)	1.549*** (1.19-2.00)
Educação na abordagem			1.906*** (1.52-2.37)	1.805*** (1.39-2.33)
Constante	1.124 (0.51-2.44)	4.48*** (3.17-6.33)	0.665*** (0.51-0.86)	0.719 (0.25-2.00)
N	852	836	890	684
Pseudo R2	0.038	0.033	0.099	0.121

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses resultados apontam no sentido da hipótese de que a percepção a respeito do desempenho e educação na abordagem é importante para entender tanto a avaliação quanto na confiança na polícia no município de São Paulo. Tais resultados também parecem dialogar com o que foi relatado por Oliveira (2011), Silva e Beato (2013) e Lopes (2013), ao destacarem que a percepção de eficiência/ desempenho é importante para explicar a confiança na polícia.

A percepção de eficácia remete a noção de que a instituição esta cumprindo aquilo que se propõe, ou seja, quanto mais eficaz, mais responsiva aos anseios dos cidadãos ela estará sendo. Por essa razão, tratar os cidadãos de forma igual, respeitosa e clara é fundamental para uma polícia que se pretende democrática. Os resultados reforçam que a forma como se dá a atuação da polícia na relação com os cidadãos é determinante para a sua avaliação e confiança no Brasil. É possível dizer que polícia respeitosa é polícia eficiente, na medida em que, ao agir assim fortalece seus vínculos com a comunidade, sem a qual a polícia não conseguirá atuar a contento, uma vez que sempre dependerá, invariavelmente, das informações dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, D. H. Law enforcement and the rule of law: Is there a tradeoff?. **Criminology & Public Policy**, v. 2, n. 1, p. 133-154, 2002.

_____. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: EDUSP, 2006.

BRANDL, S. G. et al. Global and specific attitudes toward the police: Disentangling the relationship. **Justice Quarterly**, v. 11, n. 1, p. 119-134, 1994.

BRANDL, S. G. et al. On the measurement of public support for the police: a research note. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 20, n. 3, p. 473-480, 1997.

BRICENÕ-LEÓN, R.; CARNEIRO, L. P.; CRUZ, J. M. O apoio dos cidadãos à ação extrajudicial da polícia no Brasil, em El Salvador e na Venezuela. In: PANDOLFI, D. C. *et al.* (Orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 119-127, 1999

BROWN, B.; BENEDICT, W. R. Perceptions of the police: Past findings, methodological issues, conceptual issues and policy implications. **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, v. 25, n. 3, p. 543-580, 2002.

CAO, L.; FRANK, J.; CULLEN, F. "Race, Community Context and Confidence in the Police", **American Journal of Police**, 15: 3-22. 1996.

CAO, L.; ZHAO, J S. Confidence in the police in Latin America. **Journal of Criminal Justice**, v. 33, n. 5, p. 403-412, 2005.

CHEURPRAKOBKIT, S. Police-citizen contact and police performance: attitudinal differences between Hispanics and non-Hispanic", **Journal of Criminal Justice**, Vol. 28, pp. 325-36, 2000.

CORREIA, M.E.; REISIG, M.D.; LOVRICH, N.P. Public perceptions of state police: an analysis of individual-level and contextual variables, **Journal of Criminal Justice**, Vol. 24, pp. 17-28, 1996

- FRANK, James; SMITH, Brad W.; NOVAK, Kenneth J. Exploring the basis of citizens' attitudes toward the police. **Police Quarterly**, v. 8, n. 2, p. 206-228, 2005.
- HEERINGA, S. G.; WEST, B. T.; BERGLUND, P. A. **Applied survey data analysis**. Chapman & Hall Book, 2010.
- IVKOVIC, S K. A comparative study of public support for the police, **International Criminal Justice Review**, vol.18, n.4, p.406-34, 2008
- JACKSON, J., BRADFORD, B., HOHL, K; FARRALL, S. Does the Fear of Crime Erode Public Confidence in Policing?, **Policing: A Journal of Policy and Practice**, 3: 100-11, 2009
- JACKSON, J.; BRADFORD, B. Crime, Policing and Social Order: on the expressive Nature of Public Confidence in Policing, **British Journal of Sociology**, 60: 493-521, 2009
- JACKSON, J.; SUNSHINE, J. Public Confidence in Policing: A Neo-Durkheimian Perspective, **British Journal of Criminology**, 47: 214-33, 2007
- JESILOW, P., MEYER, J.A.; NAMAZZI, N., Public attitudes toward the police, **American Journal of Police**, Vol. 14, pp. 67-88, 1995.
- KAMINSKI, R. J.; JEFFERIS, E. S. The effect of a violent televised arrest on public perceptions of the police: a partial test of Easton's theoretical framework, **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, Vol. 21, pp. 683-706, 1998
- LARSEN, J.E., Blair, J.P. The importance of police performance as a determinant of satisfaction with police", **American Journal of Economics and Business Administration**, Vol.1 No.1 pp1-10,2009
- LOADER, I. Policing, recognition, and belonging. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 605, n. 1, p. 201-221, 2006.
- LOPES, C.S. Por que os Brasileiros Desconfiam da Polícia? Uma análise das Causas da Desconfiança na Instituição Policial. In: MOISÈS. J. A.; MENEGUELLO, R. **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, v. , p. 309-340, 2013
- MOISES, J. A. Democracia e Desconfiança de Instituições Democráticas". In: MOISÈS, J. A. (org.) **Democracia e Confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições?** São Paulo: EDUSP, p. 45-73, 2010
- _____ Os Efeitos da Desconfiança Política para a Legitimidade Democrática. In: MOISÈS. J. A.; MENEGUELLO, R. **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, v. , p. 11-24, 2013
- NORRIS, Pippa. Introduction: The Growth of Critical Citizens? In: NORRIS, P. (Ed.) **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government: Global Support for Democratic Government**. Oxford University Press, 1999.
- O'DONNELL, G. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina: uma conclusão parcial. In: MÉNDEZ, J. E.; O'DONNELL, G. A.; PINHEIRO, P. S.. **Democracia, violência e injustiça: o não-estado de direito na América Latina**. Paz e Terra, 2000 .

- OLIVEIRA JR, A., 2011. Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, 5(9), 6-22.
- RAMOS, S; MUSUMECI, L.. **Abordagem policial, estereótipos raciais e percepções da discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) da Universidade Cândido Mendes, 2004.
- REISIG, M. D.; PARKS, R. B. **Satisfaction with police - what matters?** Washington, DC: U.S. Government Printing Office. 2002
- _____. Experience, quality of life, and neighborhood context: a hierarchical analysis of satisfaction with the police, **Justice Quarterly**, Vol. 17, pp. 607-29, 2000.
- REISIG, M.D; CORREIA, M.E., Public evaluations of police performance: an analysis across three levels of policing **Policing: An International Journal of Police Strategies & Management**, Vol. 20, pp. 311-25, 1997
- SAMPSON, R.J.; BARTUSH, D.J. Legal cynicism and (subcultural?) tolerance of deviance: the neighborhood context of racial differences, **Law and Society Review**, Vol. 32, pp. 777-804, 1998
- SILVA, G. F.; BEATO, C.. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. **Opinião Pública**, v. 19, n. 1, p. 118-153, 2013.
- SINDALL, J., STURGIS, P.; JENNINGS, W. 'Public confidence in the police: A time series analysis', **British Journal of Criminology**, 52: 744-64, 2012
- SKOGAN, W. G. Asymmetry in the impact of encounters with police. **Policing & Society**, v. 16, n. 02, p. 99-126, 2006.
- _____. Citizen satisfaction with police encounters. **Police Quarterly**, v. 8, n. 3, p. 298-321, 2005.
- SUNSHINE, J.; TYLER, T. "The Role of Procedural Justice and Legitimacy in Public Support for Policing", *Law and Society Review* 37(3): 513-48, 2003.
- TANKEBE, J. Colonialism, legitimation, and policing in Ghana. **International Journal of Law, Crime and Justice**, v. 36, n. 1, p. 67-84, 2008
- TYLER, T.. Enhancing police legitimacy. *The Annals of American Academy of Political and Social Science*, 593: 84-99. 2004.
- TYLER, T.; FAGAN, J. Why do people cooperate with the police. **Ohio State Journal of Criminal Law**, v. 6, p. 231-75, 2008.
- WEITZER, R. Citizens' perceptions of police misconduct: race and neighborhood context, **Justice Quarterly**, Vol. 16, pp. 819-46. 1999
- WEITZER, R.; TUCH, S. A Determinants of public satisfaction with the police. **Police Quarterly**, v. 8, n. 3, p. 279-297, 2005.

- _____. Perceptions of racial profiling: Race, class, and personal experience. **Criminology**, 40, 435-456, 2002
- _____. A. Race, class, and perceptions of discrimination by the police, **Crime and Delinquency**, Vol. 45, pp. 494-507 1999.
- WHITE, Mervin F.; MENKE, Ben A. On assessing the mood of the public toward the police: some conceptual issues. **Journal of Criminal Justice**, v. 10, n. 3, p. 211-230, 1982.
- WHITE, Mervin F.; MENKE, Ben A. On assessing the mood of the public toward the police: some conceptual issues. **Journal of Criminal Justice**, v. 10, n. 3, p. 211-230, 1982.
- WILLIAMS, R. Generalized ordered logit/partial proportional odds models for ordinal dependent variables. **Stata Journal**, v. 6, n. 1, p. 58-82, 2006.
- WORRALL, John L. Public perceptions of police efficacy and image: The “fuzziness” of support for the police. **American Journal of Criminal Justice**, v. 24, n. 1, p. 47-66, 1999.

Anexo: Construção das variáveis Explicativas utilizadas nos modelos testados

Variável	Questões ¹³	Escala de mensuração	Efeito esperado
Avaliação de eficiência	<p>P22) Agora vamos conversar um pouco sobre a atuação da polícia no seu bairro. Vou apresentar uma série de situações e gostaria que você respondesse, PENSANDO NA ATUAÇÃO DA POLÍCIA AQUI EM SEU BAIRRO, se cada situação acontece sempre, quase sempre, às vezes, quase nunca, ou nunca:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A polícia atender prontamente aos chamados da comunidade • A polícia conseguir manter as ruas do bairro tranquila <p>Escala recodificada: (1) Sempre + (2) Quase Sempre; (3) As vezes; (4) Quase nunca+ (5) Nunca</p>	<p>P22) (0) Nunca (1) Às vezes (2) Sempre</p>	Quanto pior o desempenho pior a avaliação. Assim como quanto melhor o desempenho melhor a avaliação
Educação na abordagem	<p>P22) Agora vamos conversar um pouco sobre a atuação da polícia no seu bairro. Vou apresentar uma série de situações e gostaria que você respondesse, PENSANDO NA ATUAÇÃO DA POLÍCIA AQUI EM SEU BAIRRO, se cada situação acontece sempre, quase sempre, às vezes, quase nunca, ou nunca:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A polícia ser educada quando aborda pessoas nas ruas <p>Escala recodificada: (1) Sempre + (2) Quase sempre; (3) Às vezes; (4) Quase nunca+ (5) Nunca</p>	<p>P22) (0) Nunca (1) Às vezes (2) Sempre</p>	Quanto menor é frequência com que a polícia é percebida como educada na abordagem, menor a avaliação feita da polícia.
Experiência direta com a violência e/ou crime	<p>P35A) Agora, por favor, para responder às perguntas, pense sobre o que aconteceu nos ÚLTIMOS 12 MESES e me diga se nesses meses cada uma destas coisas aconteceram ou não aconteceram com você:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alguém o(a) ameaçou com um revólver para roubar algo seu • Alguém o(a) agrediu com palavras de baixo calão • Alguém o(a) ameaçou com uma faca para roubar algo seu • Alguém lhe ofereceu drogas • Você sofreu alguma agressão física (tapa, soco, pontapé, etc) • Você foi ferido por arma de fogo, como revólver <p>Entre os itens questionados há também “Algum policial ou autoridade o ameaçou para tirar-lhe algum dinheiro” e “Você sofreu algum tipo de agressão ou maus tratos policiais”. Entretanto eles foram retirados da análise por se referirem a uma experiência direta com a</p>	<p>P35A) Índice pode variar de 0 (indivíduos menos vitimados) a 6 (indivíduos mais vitimados)</p>	Quanto maior a vitimização, pior a avaliação da polícia.

¹³ Com base o questionário de aplicado em 2010. Nos outros anos algumas questões estavam em ordem diferente dentro do questionário.

	<p>própria polícia, o que não é o objetivo da variável. Além disso, o número de pessoas que relataram ter vivido essas experiências era muito pequeno o que não fazia muita diferença nos valores da escala construída.</p> <p>Escala recodificada: Foram somadas as respostas Sim (1) ou Não (2) de cada indivíduo para cada situação.</p>		
Experiência indireta com crime e violência	<p>P14) Pensando nos últimos TRÊS MESES, dentre os acontecimentos que eu citar, gostaria de saber se você assistiu ou ouviu falar que algum deles tenha ocorrido aqui em seu bairro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alguém sendo assaltado • Brigas de gangues • Alguém recebendo um tiro • A polícia prendendo alguém • Alguém que foi assassinado • Tiroteios • Alguém sendo agredido • Alguém sendo ameaçado com uma faca • Alguém usando drogas na rua <p>Escala recodificada: Foram somadas as respostas Assistiu (1), Não assistiu (2) e Não assistiu, mas ouviu falar que aconteceu (3) de cada indivíduo para cada situação.</p>	<p>P14) Índice pode variar de 0 (indivíduos que tiveram menos experiências indiretas) a 18 (indivíduos que mais tiveram experiências indiretas)</p>	<p>Quanto mais experiências indiretas com a violência e o crime, pior a avaliação da polícia.</p>
Medo/ Sentimento de insegurança	<p>P19) O medo da violência pode levar as pessoas a mudarem algumas coisas no seu dia a dia. Vou citar algumas destas coisas que podem ser mudadas por causa da violência e gostaria de saber se elas já acontecem ou já aconteceram com o(a) sr(a):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudar o trajeto da casa para o trabalho, ou de casa para escola • Deixar de usar uma linha de ônibus • Deixar de circular por alguns bairros/ruas da cidade • Evitou sair à noite • Evitar conversas com vizinhos <p>Escala recodificada: Somadas as respostas (1) Acontece/ Aconteceu e (2) Não acontece/ Não aconteceu em cada indivíduo para as situações da questão.</p>	<p>P19) Índice pode variar de 0 (indivíduos que sentem mais insegurança) a 5 (indivíduos que se sentem mais seguros).</p>	<p>Quanto maior o sentimento de insegurança, pior a avaliação da polícia.</p>